

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.999 - PR (2019/0300728-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOSE ADEMIR DOS REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRETENSÃO
DESCLASSIFICATÓRIA. INADMISSIBILIDADE. PROVIDÊNCIA
QUE DEMANDARIA O REEXAME DE PROVAS.
Writ indeferido liminarmente (art. 210 do RISTJ).

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **José Ademir dos Reis** – condenado, como incurso no crime de tráfico de drogas, à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 677 dias-multa (Apelação Criminal n. 0034639-39.2018.8.16.0019, do Tribunal de Justiça do Paraná) –, sob a alegação de insuficiência probatória, requer-se, em liminar e no mérito, a desclassificação da conduta para a figura típica prevista no art. 28 da Lei n. 11.343/2006

É o relatório.

É consabido que a ilegalidade passível de justificar a impetração do *habeas corpus* deve ser manifesta, de constatação evidente, restringindo-se a questões de direito que não demandem incursão no acervo probatório constante de ação penal.

No caso, disse o Juiz, na sentença, o seguinte (fl. 41):

[...]

A alegação do réu de que a droga apreendida era destinada para uso próprio não restou comprovada.

Importa esclarecer que eventual uso de entorpecentes não exclui a traficância. O tipo descrito no art. 28 da Lei n.º 11.343/06, denominado pela doutrina de incongruente, exige para sua caracterização a finalidade específica de consumo pessoal, que deve ser provada por quem alega, ou seja, pela defesa, o que não ocorreu nos autos.

Ademais, não há necessidade de comprovar a efetiva ou a prática de *traditio* atos de comércio para a caracterização do delito de tráfico de drogas, bastando que fique evidenciada a destinação comercial do entorpecente. A multiplicidade

Superior Tribunal de Justiça

de verbos núcleos do tipo penal previstos no art. 33 da Lei 11.343/06 apoia tal conclusão (tipo misto alternativo de conteúdo variado ou de ação múltipla).

Em momento algum a defesa logrou provar a condição de usuário do acusado (seja por testemunhas ou requerendo a realização do exame de dependência), sendo que a quantidade de entorpecente apreendida, por si só, não implica em tal presunção. É preciso sopesar todos os elementos probatórios colhidos, nos termos do art. 28, § 2.º, da Lei n.º 11.343/2006.

Aliás, no caso dos atos, **a natureza e a quantidade de droga apreendida (9g de crack, fracionada em 32 pedras) induz que a mesma não se destina a consumo próprio. Ainda: houve a apreensão do valor de R\$ 253,00, estando o dinheiro “trocado” conforme auto de exibição e apreensão de mov. 1.6; e mais a apreensão de uma balança de precisão, circunstâncias indicativas do crime de tráfico, não deixam dúvidas a respeito da traficância.**

Ainda, importante destacar que as circunstâncias fáticas indicam a prática de traficância por parte do acusado, uma vez que haviam narco denúncias em seu desfavor, somando ainda ao fato do local em que ocorreu a prisão já era conhecido pelos policiais como sendo ponto de tráfico de entorpecentes.

Assim, no caso em tela, verifica-se que o acusado, para fins de trazer consigo comércio ilícito, substância entorpecente denominada crack. Note-se que os policiais militares não apreenderam apetrechos normalmente utilizados para o uso de entorpecente junto com o acusado.

Com efeito, ante o enquadramento da conduta na tipicidade objetiva e subjetiva, ausente, ainda, causas de exclusão da antijuridicidade e presente a culpabilidade do acusado, é de se reconhecer a prática do crime tipificado no art. 33, da Lei 11.343/06.

[...]

A Corte estadual, por sua vez, concluiu que eram indúvidas a materialidade e a autoria do crime, destacando que **a presença de objetos próprios da traficância (balança de precisão e dinheiro) também denotam à prática criminosa que preconiza o art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, além da existência de narco denúncias contra a pessoa de JOSÉ** (fl. 14).

Com efeito, a pretensão deduzida na impetração (desclassificação) demandaria o reexame das provas que fundaram as conclusões da instância ordinária, providência inviável em sede de *habeas corpus*.

Assim, **indefiro liminarmente** o pedido de *habeas corpus* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

